



RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO 2023

Resolução Tribunal de Contas n. 218/2023



APRESENTAÇÃO

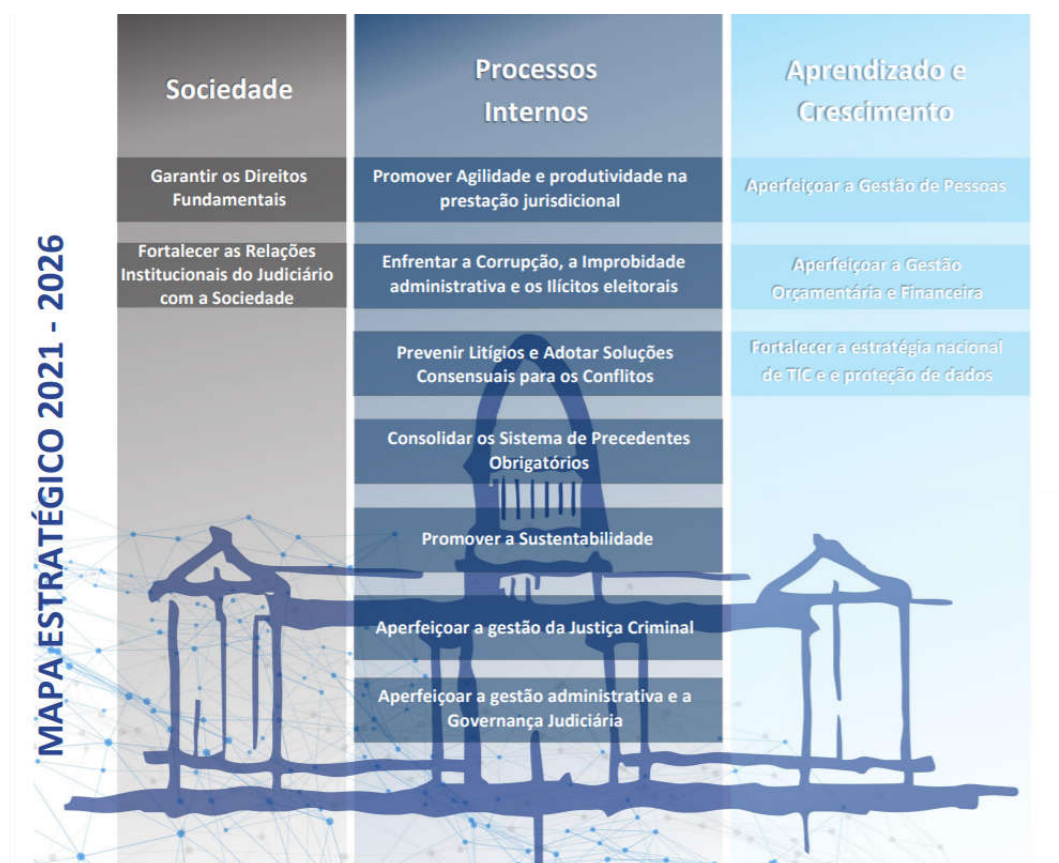
Este documento tem como objetivo apresentar o Relatório de desempenho da gestão referente ao ano de 2023, contendo:

- **item a)** Resultados (físicos e financeiros) obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA, com os esclarecimentos necessários, conforme modelo estabelecido no Anexo XIX da Resolução TC nº 218/2023.
- **item b)** Ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário de Pernambuco publicou o plano estratégico do TJPE para o período de 2021 a 2026, em set/2021, contemplando um conjunto de objetivos estratégicos, indicadores e iniciativas em alinhamento com as diretrizes estratégicas e macrodesafios propostos pelo conselho nacional de justiça (CNJ), com o objetivo de atender aos desafios mencionados.

MAPA ESTRATÉGICO 2021-2026





Item a) Resultados - Físicos e Financeiros - obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA 2023

PROGRAMA AÇÕES / SUBAÇÕES	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% DESPESAS LIQUIDADAS / DESPESA AUTORIZADA	PRODUTO	META FÍSICA PREVISTA	META FÍSICA REALIZADA	COMENTÁRIOS	INDICADOR DO PROGRAMA	
1. 0577 - Efetividade na Prestação Jurisdicional									
1.1	4428/A585 - Aperfeiçoamento das Atividades de Prestação Jurisdicional dos Juizados Especiais	R\$ 2.555.000,00	R\$ 23.673,00	0,9%	PROCESSOS JULGADOS	100.000	151.980	Algumas ações realizadas nos juizados em 2023 com objetivo de melhoria da prestação jurisdicional: - JESP JAM 2023 - Maratona de Inovação no Sistema de Juizados Especiais - Mutirão de revisão de autuação nos processos criminais - 2023 - Unificação normativa de juizados especiais para os países latino-americanos - Juizados especiais itinerantes para grandes eventos - 2023 - IV Fórum dos Juizados Especiais do Estado de Pernambuco - FOJEPE - Mutirão de Antecipação de Audiências - 2023 - Mutirão Eletrônico de Sentenças	Nº de Processo Julgado
1.2	4428/A586 - Aperfeiçoamento das Atividades de Prestação Jurisdicional do 1º e 2º Graus	R\$ 4.850.000,00	R\$ 3.442.530,00	71,0%	PROCESSOS JULGADOS	400.000	503.273	Algumas ações realizadas no 1. e 2. graus em 2023 com objetivo de melhoria da prestação jurisdicional: - Digitalização do Acervo Físico 1. grau - Projeto Piloto Digitalização do Acervo Físico 2. grau - Robô para migração do Acervo Físico - Saneamento do DATAJUD - Instalação de novas varas criminais	Nº de Processo Julgado
1.3	1959/1434 - Implementação de iniciativas de celeridade processual no 1º e 2º graus	R\$ 7.670.000,00	R\$ 4.825.022,00	62,9%	PROJETO IMPLANTADO	1	1	Algumas iniciativas de Celeridade Processual implantadas em 2023: . Projeto da AUTOINSPEÇÃO 2023 . Expansão do SEEU - Núcleo de Justiça 4.0 - SFH - Programa Justiça Pela Paz em Casa 2023 Novo Fluxo PJe para Execuções Fiscais - Mutirão de Antecipação de Audiências - 2023 - Impulsionamento das Centrais de Agilização - Implantação de diversas iniciativas que culminaram na obtenção, pela primeira vez, do atingimento de todas as metas nacionais do CNJ	Projeto Implantado



item b) **Ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão – organizado por objetivo estratégico.**

OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Projeto Semana de Autoinspeção 2023

Descrição:

Em 2023 tivemos duas Semanas de Autoinspeção:

A 1ª Semana da Autoinspeção 2023 foi instituída através de Ato Conjunto nº 20, de 09 de maio de 2023, publicado no DJE de 10/05/2023, como um instrumento concebido à luz da estratégia nacional do Poder Judiciário proposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Alinhada ao Objetivo Estratégico, promover agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, busca desenvolver a cultura do procedimento de arquivamento dos processos mediante um monitoramento dirigido com a finalidade de redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias.

A 2ª Semana da Autoinspeção 2023 foi instituída através de Ato Conjunto nº 41, de 04 de outubro de 2023, publicado no DJE de 05/10/2023, com a mesma finalidade.

Resultados Alcançados em 2023:

Ao final da prorrogação da 1ª Semana de Autoinspeção 2023 a taxa de congestionamento tinha alcançado o percentual de 65,43%, atingindo o objetivo traçado na redução de dois pontos percentuais.

Ao final da 2ª Semana de Autoinspeção 2023 a taxa de congestionamento tinha alcançado o percentual de 64,09%, contando com um total de 26.537 processos impulsionados (arquivados definitivamente ou provisoriamente, baixados, suspensos ou remetidos em grau de recurso) e 70.962 movimentados de um alvo total de 100.891 processos da 1ª, 2ª, 3ª e juizados especiais, atingindo o objetivo traçado na redução de um ponto percentual.

Iniciativas da Justiça Eletrônica

Descrição:

Disseminar a justiça eletrônica em todo o estado de Pernambuco e em todos os segmentos da justiça, proporcionando maior acessibilidade e agilidade aos atos processuais.



Digitalização do Acervo Físico 1. grau

Descrição:

Digitalização e Migração de todo o acervo Cível e Criminal para o PJe (407.003 processos físicos - dados de dez/2021)

Escopo/Entregas:

- E1. Digitalização e Migração do acervo físico do 1o grau
- E2. Digitalização e Migração do acervo físico do 2o grau

Resultados:

Acervo 94.96% eletrônico em 12/12/2023.

Acervo Total Migrado: 241.131 de Jan/22 a Nov/23:

- E1: Digitalização e Migração do acervo físico do 1o grau - Acervo 1g Migrado: 240.903 (Jan/22 a Nov/23) - Acervo 1g Pendente de Migração: 54.887
- E2: Digitalização e Migração do acervo físico do 2o grau - Acervo 2g Migrado: 228 (Out/23 a Nov/23) - Acervo 2g Pendente de Migração: 27.611

Projeto Piloto Digitalização do Acervo Físico 2. grau

Descrição:

Realização de projeto piloto para migração do acervo físico do 2o grau

Escopo (Entregas):

- E1. Adaptação dos sistemas envolvidos
- E2. Normativo Migração 2g
- E3. Digitalização e Migração de acervo do Piloto 2g

Resultados Alcançados:

- E1. Adaptação dos sistemas envolvidos (10/2023)
- E2. Normativo Migração 2g (Publicada INC 13/2023, de 24/10/2023)
- E3. Digitalização e Migração de acervo do Piloto 2g (100 processos digitalizados e migrados em 10/11/2023)

Robô para migração do Acervo Físico

Descrição e Resultado:

Construção de robôs para dar mais agilidade no processo de migração do acervo físico para o digital. Possibilitar o atingimento dos prazos definidos pelo CNJ, na resolução nº 420/2021, referente a conclusão da migração dos acervos físicos para o digital.



Acelerou consideravelmente o número de processos do acervo físico migrados para o meio digital.

Expansão do SEEU

Descrição e Resultado:

Implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado que é a ferramenta que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país.

Objeto: Implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificado

Escopo 2023: Expansão para os 17 Juizados Criminais.

SEEU implantado em todas as unidades que possuem competência para Execução penal

Núcleo de Justiça 4.0 - SFH

Descrição:

Atuação nos processos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) em cooperação com o TRF5.

Escopo 2023:

Integração com TRF 5. região

Resultados:

- Processos do SFH identificados de forma automática e pelas varas (cerca de 5.700 processos) redistribuídos para o Núcleo entre Março/22 e Mar/23.
- Integração com TRF (Identificados cerca de 1.000 processos de competência do TRF; remetidos em média 725 processos: 501 em maio/23, 101 em julho/23 e 123 em setembro/23)

Novo Fluxo PJe para Execuções Fiscais

Descrição:

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) convidou o Tribunal de Justiça de Pernambuco, para participar do projeto piloto de implantação do “RESOLVE Execução Fiscal” - Fluxo com pontos de automação nas Execuções Fiscais lançado por ocasião do Encontro Nacional do Poder Judiciário em 2020.

Resultados:

Objetivo: Aumentar a celeridade dos processos Executivos Fiscais do TJPE.

- Foram analisados 57 Fluxos do Projeto (100%).
- Alterações de Fluxo Concluídas: 24 alterações.
- Fluxo em produção desde outubro de 2023.



Programa Justiça Pela Paz em Casa 2023

Descrição:

A Semana da Justiça pela Paz em Casa promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conta com a adesão de todos os Tribunais de Justiça do País, em uma concentração de esforços para priorizar julgamentos referentes a casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, ampliando, assim, a efetividade na aplicação da Lei Maria.

Apresenta três edições a cada ano: a 20ª edição em março, próximo ao Dia Internacional da Mulher (8 de março); a 21ª edição no mês de agosto, devido à data de sanção da Lei Maria da Penha (7 de agosto); e a 22ª edição, em novembro, na semana em que se comemora o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro).

No período a coordenadoria da mulher deflagra ampla campanha de mídias nos shoppings, aeroportos, estações metroviárias e mercados públicos, além de ações de sensibilização com as mulheres, oficinas, palestras, seminários.

Resultados 2023:

Número de processos com sentenças/decisões durante a:

- 23ª Semana março de 2023 - 1.354.
- 24ª Semana agosto de 2023 - 1.362.
- 25ª Semana novembro de 2023 – 1.372

Total ano de processos com sentenças e decisões – 4.088

Ações realizadas com destaque e a serem realizadas:

- 23ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em março de 2023 foi ampliada a divulgação para 07 shoppings e o aeroporto. Todas as 10 (dez) Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estados realizaram ações de preventivas com o público para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher
- 24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em agosto de 2023 foi ampliada a divulgação para 13 shoppings, aeroporto e a CBTU (Companhia Brasileira de Transportes Urbanos). Todas as 10 (dez) Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estados realizaram ações de preventivas com o público para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher Assinatura do protocolo de intenções com a APESCE (Associação Pernambucana do Shoppings Centers) para vinculação de campanhas nas mídias digitais em 14 de gosto.
- 25ª Semana da Justiça pela Paz em Casa em novembro de 2023 foi ampliada a divulgação em mídias para 14 shoppings, aeroporto e a CBTU. Todas as 10 (dez) Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estados realizaram ações de preventivas com o público para o



enfrentamento da violência de gênero contra a mulher Assinatura do protocolo de intenções com a CONVIVA Autarquia Municipal (Mercados e Feiras) para ações de sensibilização da população através das campanhas de enfrentamento da violência de gênero contra a mulher. Realização de sensibilização da população e atendimento na Estação Central do Metrô em Recife com a participação do Instituto Maria da Penha, Ministério Público e Secretaria da Mulher do Recife ampla divulgação com a população realizada dia 23/11 das 07:00 as 16:00h.

Mutirão de Antecipação de Audiências - 2023

Descrição:

Mutirão para antecipação das audiências em Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo do Estado, com o fim de reduzir o tempo médio entre a autuação do processo e a realização da audiência, trazendo celeridade processual e contribuindo para o saneamento da Unidade.

Resultados Alcançados:

Mutirão no JECRC do Cabo de Santo Agostinho (Ato nº 01/2023-CGJE) - 90 processos com audiências realizadas por videoconferência no período de 17 a 20/04/2023, dos quais 83 seguiram para sentença e 7 retornaram para outras diligências da Secretaria.

Contribuir com a redução do volume na tarefa de realização de audiências e redução do tempo médio de tramitação do processo entre a autuação e a realização da audiência.

Impulsioneamento das Centrais de Agilização

Descrição:

O projeto visa impulsar a produtividade das Centrais de Agilização por meio de ações coordenadas, especialmente quanto à remessa de processos, a fim de conferir maior celeridade processual no julgamento de feitos incluídos na Meta 2 do CNJ.

Espera-se que tal impulsioneamento coordenado eleve ainda mais o quantitativo de julgamentos de feitos pelas centrais de agilização, dando vazão ao elevado número de processos da meta 2 que se encontram paralisados a mais de 100 dias nas unidades judiciárias.

Resultados Alcançados:

Mensalmente estão sendo enviados às centrais de agilização mais de 1000 feitos da meta 2 para julgamento. Em 2022 houve um aumento significativo na produtividade das centrais em relação ao ano de 2021, tendo o quantitativo de sentenças proferidas aumentado de 4275 para 5610, de decisões de 224 para 960, bem como os despachos proferidos passaram de 1096 para 5052.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Garantir os Direitos Fundamentais

Iniciativas para a Infância e Juventude

Projeto Sei Quem Sou

Descrição e Resultados:

Garantia ao direito de origem aos adotados ou seus representantes legais, por meio da disponibilização de cópia digitalizada dos Processos de Adoção e seus correlatos, através das Varas da Infância e Juventude do TJPE.

Já foram digitalizados mais de 100 processos físicos de adoção que foram demandados até 2023.

Programa Acolher

Descrição:

O Programa Acolher busca dar cumprimento ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente o previsto em seu art. 13, § 1º (acrescentado pela Lei 12.010/2009 e posteriormente modificado pela Lei 13.257/2016): "As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhados, sem constrangimento, à Justiça da Infância e Juventude". Desta forma, gestantes ou mães que desejam entregar seus filhos para adoção podem procurar espontaneamente as Varas com competência em Infância e Juventude de sua cidade ou devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário local pelos profissionais da Rede de Proteção de seus municípios (CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Posto de Saúde, Maternidades, dentre outros).

Resultados até 2023:

Prêmio Prioridade Absoluta - CNJ; 30 comarcas com Programa Acolher instalado; comitê gestor estadual intersetorial; 5 regiões com comitê gestor instalado (local ou regional); 29 equipes interprofissionais no grupo de trabalho do TJPE; 175 processos atendidos; 64% das crianças recém-nascidas seguiram para adoção e 29% permaneceram na família extensa; elaboração de material (cartaz, panfletos, folders, cards, vídeo, etc) e campanhas de sensibilização sistemáticas; eventos de formação e divulgação regionalizados tanto para o sistema jurídico, como para as redes intersetoriais do estado e municípios; cursos ofertados com apoio da Escola de Magistratura de Pernambuco.



Banco de Dados de Processos Antigos de Adoção

Descrição e Resultados:

Criação de banco de dados, para facilitar a busca por processos de adoção antigos, uma vez que não existia sistema de gestão processual na época.

Foi concluído o levantamento de 1ª Vara da Infância e em andamento na 2ª Vara da Infância da Capital.

Comitê Gestor da Primeira Infância

Descrição:

Assegurar o direito da criança e do adolescente com prioridade. Com esse objetivo, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) instituiu o Comitê Gestor Local da Primeira Infância, no âmbito do Poder Judiciário estadual. Vinculado à Presidência do Tribunal, o comitê terá como responsabilidade a implementação da Política Judiciária para a Primeira Infância.

Resultados:

- 1. Instituição do Comitê Gestor Local em março de 2023 pela Portaria nº10/2023.
- 2. Realização de 01 treinamento para os membros do CGLPI e áreas estratégicas envolvidas;
- 3. Realização de 03 Reuniões Ordinárias do CGLPI;
- 4. Participação da equipe gestora em 02 processos formativos na matéria da primeira infância.

Inauguração do CEAVida



Regional da Infância e Juventude.

Descrição e Resultado:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugurou, em 03 de abril de 2023, o Centro Especializado de Acolhimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAVida) no Centro Integrado da Criança e de Adolescente (CICA). O objetivo da nova unidade é o atendimento das vítimas e de seus familiares, encaminhados pelas 1ª e 2ª Varas de Crimes Contra a Criança e o Adolescente da Capital e pelas 3ª e 4ª Varas da Infância e Juventude da Capital e pela Vara



Programa Moradia Legal Pernambuco

Descrição:

O Tribunal de Justiça de Pernambuco desenvolve, desde o ano de 2018, o Programa Moradia Legal Pernambuco (PMLPE) com 163 municípios e órgãos do Governo do Estado. Até julho deste ano, entregou quase de 14 mil títulos de propriedade. É executado de forma colegiada através da Comissão Executiva do Programa e de uma rede articulada com diversas instituições, especialmente com a AMUPE, ANOREG, ARIPE, UFPE, ITERPE, PERPART, CEHAB, INCRA, SPU e MINISTÉRIO DAS CIDADES, na articulação e acompanhamento das demandas das equipes das prefeituras municipais, do governo estadual e cartorária, com o fim de construir políticas de regularização fundiária plena para uma governança fundiária. O Programa Moradia Legal Pernambuco possui três linhas de ações, a saber: LINHA 1: Regularização Fundiária Urbana – REURB-S (desjudicialização indireta/preventiva – evitar novas demandas) – LINHA 2: Desjudicialização (direta - baixa processual) – LINHA 3: Regularização Fundiária Rural -

Resultados:

Entrega de 17.247 títulos de fevereiro de 2022 a 15 de dezembro de 2023.

Iniciativas da Coordenadoria da Mulher

Projeto Recomeçar

Descrição:

Promover ações que visam a ressocialização, com orientações que humanizam o cumprimento das penas para mulheres em privação de liberdade. Cumprimento da Resolução CNJ N° 252/2018, que “estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências”.

Resultados:

2023 - Realização de cursos para 50 mulheres privadas de liberdade em empreendedorismo nas áreas de alimentos e bebidas em parceria com o SEBRAE/SENAC com distribuição de material informativo; Palestras: realização de palestras sobre temas diversos voltados ao fortalecimento da cidadania e resgate da autoestima.

Violência contra a Mulher: TODOS DIZEM NÃO! Essa é a regra do jogo.

Descrição:

A Campanha é uma parceria da Coordenadoria da Mulher / Tribunal de Justiça de Pernambuco e da Federação Pernambucana de Futebol e tem como objetivo sensibilizar a população e em especial o público masculino que frequenta os estádios de futebol pelo fim da violência contra a mulher. Além da mensagem educativa voltada à desconstrução de padrões violentos de



masculinidade tanto dentro como fora dos estádios, principalmente no tratamento para com as mulheres, a campanha tem o intuito de veicular, durante campeonatos de futebol de nível local e/ou nacional materiais informativos sobre a rede de atendimento e órgãos de denúncia. Esta parceria não contempla repasse de recursos financeiros de um a outro partícipe, a qualquer título, devendo cada um dos partícipes arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições com recursos próprios.

Resultados:

Ampla divulgação da Campanha nas Redes Sociais do TJPE em ocasiões de grandes jogos de futebol em Pernambuco. Lançamento Nova edição da Campanha na Federação Pernambucana de Futebol com participação da arbitra Priscila Fernandes. Articulação com Ministro dos Esportes e arbitra Priscila Fernandes para ampliação da campanha no Estado.

Campanha: “SEM VIOLÊNCIA A MORADIA SE TORNA LEGAL”

Descrição:

A ação da Campanha é executada no momento das entregas de títulos a população que em sua maioria e em maior percentual são mulheres, no momento da entrega é realizada a divulgação de uma campanha específica para o PMLPE denominada: “Sem Violência a Moradia se torna Legal”.

Resultados:

Sensibilização do público que receberam títulos de propriedade em 2023 pelo programa Moradia Legal sobre o enfrentamento da violência contra a mulher em especial a violência patrimonial. 43 municípios beneficiados; 9.515 pessoas sensibilizadas pela campanha; 27.000 panfletos distribuídos com informações sobre a rede de serviços e orientações para denúncia em casos de violência doméstica.

Projeto Família Cidadã

Descrição:

Tendo em vista os desafios comuns enfrentados pelas famílias na comunidade, a Coordenadoria Estadual de Família do TJPE, por meio desse projeto, apresenta proposta para oferecer serviços de cidadania integrados à comunidade, estabelecendo parceria com o Balcão de Direitos para facilitar as emissões de certidões, contribuir com palestras jurídicas e psicológicas para fortalecer laços familiares e promover a justiça restaurativa por meio de círculos colaborativos, surgindo assim a necessidade de ações integradas para fortalecer os vínculos familiares e a cidadania

Resultados:

148 famílias atendidas através da I Semana da Família Cidadã que ocorreu entre os dias 29/11, 04/12, 05/12, 06/12 e 07/12 de 2023.



Iniciativas do GMF

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA CUSTODIADA - APEC

Descrição:

O Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada visa contribuir para o aprimoramento das audiências de custódia por meio da oferta de atenção especializada à pessoa custodiada, sendo estratégico na aproximação do Poder Judiciário com as políticas de proteção social. O atendimento pré-audiência de custódia objetiva propiciar subsídios à tomada de decisão da autoridade judicial quanto à situação individual e social de cada pessoa custodiada apresentada à Justiça. É também importante como oferta de subsídios à magistratura sobre determinantes sociais que incidem sobre a vida do sujeito a serem considerados no encaminhamento da pessoa para a rede de proteção social e na adequação de condições reais para aplicação de alguma das medidas cautelares diversas da prisão. A metodologia dos Apecs se apoia na Resolução CNJ nº 288/2019 e na Resolução nº 213/2015. Atualmente, o serviço é realizado na Central de Flagrantes da Capital e no Polo de Custódia de Jaboatão dos Guararapes pós audiência de custódia, pelas equipes multidisciplinares das Centrais de Apoio às Medidas e Penas Alternativas, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco.

Resultados:

Realização do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (pós audiência de custódia) na Central de Flagrantes da capital e no Polo de Custódia de Jaboatão dos Guararapes. Polo de audiência de custódia de Caruaru recebe insumos básicos para atendimento a pessoas custodiadas (água, lanche, vestimenta, como camiseta e chinelo, absorvente feminino) destinados por acordos de não persecução penal em razão de projeto subscrito pelo Escritório Social local.

POLÍTICA NACIONAL DE TRABALHO NO SISTEMA PRISIONAL

Descrição:

O fomento ao trabalho e à renda para pessoas privadas de liberdade (PPL) e egressas é imperativo para que a prestação de justiça tenha como objetivo final a retomada da vida em sociedade e o retorno à liberdade. Nesse sentido, em novembro de 2020, o CNJ e o MPT assinaram o Termo de Cooperação Técnica nº 037/2020, objetivando a cooperação mútua para realização de estudos, desenvolvimento de metodologias de inspeção prisional e aperfeiçoamento de práticas resolutivas e estruturantes para implementação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional – PNAT, com vistas à expansão de projeto de empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. O ponto de inflexão da referida cooperação está na Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - PNAT, instituída pelo Decreto n. 9.450, de 24 de julho de 2018, que traz, em seu bojo, a ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, o empreendedorismo e a formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional. De forma conjugada com o contexto nacional, Pernambuco também contou com reuniões amplas, convocadas pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (GMF) do TJPE e pelo MPT, para tratar sobre ampliação de vagas de trabalho para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional com diversas instituições do sistema de justiça e do Poder Executivo. De modo geral, participaram, fora o próprio TJPE e o MPT, o MPPE, o MPF, a DPE, a DPU, o TRF5^a, a JFPE, o TRT6^a,



a SJDH, a Superintendência Regional do Trabalho em Pernambuco, o Programa Fazendo Justiça (CNJ) e os serviços especializados para egressos (Escritório Social de Caruaru e Patronato Penitenciário). Além disso, em abril deste ano, decorrente dessas articulações, Pernambuco aderiu à PNAT, em cerimônia com a Ministra Rosa Weber e a Governadora Raquel Lyra.

Resultados:

Inserção de pessoas egressas do sistema prisional em contratos de terceirização; Realização de reunião ampliada com representantes de instituições públicas de Pernambuco, para fomento ao estabelecimento, nos contratos públicos, de cotas de contratação de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional

ESCRITÓRIOS SOCIAIS

Descrição:

Os Escritórios Sociais são equipamentos públicos projetados para atender, acolher e encaminhar pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares para as políticas públicas existentes; auxiliar os estabelecimentos prisionais no processo de preparação das pessoas pré-egressas para a liberdade e mobilizar e articular as redes de políticas públicas e sociais para a garantia de direitos àquelas pessoas. A proposta é que tenham uma gestão compartilhada entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo e trabalhem com a cooperação da sociedade civil. Por incentivo do GMF, Pernambuco possui dois Escritórios Sociais, um em Caruaru, que contou com 1.140 atendimentos em 2022 e 771 (de janeiro a novembro de 2023) e outro já pactuado em vias de implantação, no município de Olinda. Também houve avanços nas tratativas para implantação de um equipamento no Recife. Os Escritórios Sociais de Caruaru e Olinda foram implementados pelos Poderes Executivos Municipais, com apoio do Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça de Pernambuco e Instituições de Ensino locais, e estão em consonância com a Resolução CNJ nº 307/2019, que instituiu a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário.

Resultados:

Implantação de Escritório Social de Caruaru com total de 1.911 atendimentos realizados entre janeiro de 2022 e novembro de 2023; Apoio para instituição de Fundo Municipal de Políticas Penais de Caruaru; Articulação pelo Escritório Social de Caruaru com o MPT para destinação de valores referentes a multas trabalhistas para o Fundo Municipal de Políticas Penais, com o fito de proporcionar a aquisição de cursos de qualificação profissional e empreendedorismo ao público do Escritório Social de Caruaru. Polo de audiência de custódia de Caruaru recebe insumos básicos para atendimento a pessoas custodiadas (água, lanche, vestimenta, como camiseta e chinelo, absorvente feminino) destinados por acordos de não persecução penal em razão de projeto subscrito pelo Escritório Social local.



CONSELHOS DA COMUNIDADE

Descrição:

Os Conselhos da Comunidade são órgãos da execução penal fundamentais para a efetivação da democracia e da participação social, e ressaltam a necessidade de criação de mecanismos de diálogo entre Estado e sociedade na produção, no controle e na efetivação da execução penal. A LEP estipula, em seu art. 4º, que o “Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”. Os Conselhos da Comunidade constituem-se, ainda, importante mecanismo de assistência, comunicação e defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Nos últimos anos, foram instituídos os seguintes Conselhos da Comunidade em Pernambuco, por iniciativa dos juízes de execução penal: a) Conselho Regional da Comunidade da 3ª VEP; b) Conselho Regional da Comunidade da 1ª VEP e c) Conselho da Comunidade do Recife, vinculado à VEPEC. Ainda, recentemente, foi publicado edital para instituição de Conselho Regional da Comunidade vinculado à 4ª VEP, situada em Petrolina.

Resultados:

Instituição de sala no Fórum Rodolfo Aureliano, para reunião do Conselho da Comunidade do Recife; Realização, por parte dos Conselhos, de diversas inspeções em unidades prisionais.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade

Iniciativas da Coordenadoria da Mulher

Carta de Mulheres

Descrição:

A ferramenta funciona como um canal de apoio e orientação às vítimas de violência doméstica, podendo ser acessado pela própria vítima ou por qualquer outra pessoa que tenha o desejo de ajudá-la. A ferramenta consiste em um espaço para o registro de relatos de violência, além de oferecer informações sobre os procedimentos legais adotados para cada tipo de caso. Vítimas e testemunhas de violência doméstica consomem ter dúvidas sobre os procedimentos legais para cada tipo de caso e quem podem recorrer. Se você precisa de orientações, pode preencher o formulário, enviar seu relato e a coordenadoria da mulher vai responder, informando qual o serviço mais adequado na rede de atendimento, garantimos que toda comunicação é sigilosa.

Resultado alcançado:

Mais de 60 mulheres já acessaram de 2019 a 2023

Aplicativo Nisia

Descrição:

Tem como principal objetivo auxiliar a busca de informações dos processos de violência doméstica contra a mulher em andamento no TJPE, permitindo que as mulheres vítimas de violência doméstica acompanhem seus processos judiciais. O acompanhamento é realizado por meio de um código que deve ser fornecido pela vara judicial onde está tramitando o processo. O App deve ser baixado no celular e permite o acesso de informações, tais como: movimentações processuais, concessões de medidas protetivas, sentenças, partes envolvidas e outros. Órgão Julgador atual do processo, evitando que a vítima precise se deslocar para a unidade da Justiça.

Resultado alcançado:

Ofertar as jurisdicionadas o acesso à informação processual atualizando-as dos desdobramentos.



Projeto Mão EmPenhadas contra a Violência

Descrição:

O projeto objetiva orientar os profissionais de beleza para identificar os tipos de violência e orientar as clientes de como ter acesso aos serviços da rede de enfrentamento e proteção à mulher, abrangendo as diferentes regiões da comarca, propiciando reflexões sobre o tema e desmistificando estereótipos de gênero.

Resultado alcançado:

2023 – Participação na feira da Hairnor (2023) - Visitação e certificação a mais de 20 salões parceiros para divulgação da campanha sensibilizando-os para o enfrentamento da violência contra a mulher e abastecimento de materiais. Em parceria com o SindBeleza cadastramento de 63 estabelecimentos com interesse de adesão e certificação. Participação no Outlet da Beleza no Shopping Rio Mar – Certificação de um salão parceiro e divulgação da campanha em todos os stands da feira durante os 04 dias de exposição com ampla distribuição de materiais. Realização de sensibilização dos profissionais de beleza em 02 turmas da escola Morιά em Recife – alcançando 60 profissionais. Ações preventivas que diminuam o número de feminicídios e processos de violência doméstica no estado. – Meta visitação de 50 salões em 2023 – alcançada na participação das feiras e dos cursos ofertados aos profissionais de beleza.

Unificação normativa de juizados especiais para os países latino-americanos

Descrição e Resultados:

O projeto objetiva construir uma Comissão Latino-americana para possibilitar a criação de uma legislação comum de Juizados Especiais aplicável para todos os países do Cone Sul.

Resultado: Formalização de Protocolo de Intenções nº 001/2023, firmado em 22/06/2023, para cooperação técnica entre o TJPE e a Suprema Corte de Mendoza/Argentina.

Pontos de Inclusão Digital (PID)

Descrição:

Criação e Instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) nas cidades que não sejam sede de comarca ou de unidade física do Poder Judiciário em Pernambuco. Instalação de 20 PIDs, sendo 1 PID em cada comarca que foi alvo da agregação de Comarcas desde 2021 de acordo com a resolução nº 508/23 do CNJ.

Resultado alcançado:

10% alcançado. Foi instalado 1 PID em cada comarca que foi objeto de agregação, sendo elas: Brejão e Moreilândia.



Política Judiciária Estadual de Diversidade Sexual e de Gênero e suas Interseccionalidades

Descrição:

O Grupo de Trabalho Diversidade Sexual e de Gênero e suas interseccionalidades, foi criado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, por meio da Portaria nº 40, de 22 de dezembro de 2022, com o objetivo de promover estudos e elaboração de propostas com vistas à formulação de atos normativos para implementação e aperfeiçoamento da Política Estadual Judiciária de Diversidade Sexual e de Gênero e suas interseccionalidades, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. Os objetivos do GT DSGI-TJPE, em linhas gerais, consistiram em i) coletar informações para delineamento de diagnóstico sobre as violações aos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e sobre demandas de cunho institucional, social e jurisdicional, dentro das competências, atribuições e limites do poder judiciário pernambucano; e ii) elaborar proposta de resolução da Política Judiciária Estadual de Diversidade Sexual e de Gênero e suas Interseccionalidades, com o intuito de ampliar a efetivação de direitos e o acesso à Justiça para esse segmento populacional. Foram definidos quatro eixos temáticos: Eixo I – Público Interno (corpo funcional do TJPE); Eixo II – Público Externo (pessoas usuárias dos serviços do TJPE); Eixo III – Questão Carcerária (pessoas sob custódia do sistema de justiça criminal); Eixo IV – Questão Criminal (enfrentamento da LGBT+fobia). A ação teve participação de pessoas do quadro funcional do TJPE, bem como pessoas de diferentes órgãos públicos, do meio acadêmico, de entidades privadas, organizações da sociedade civil e especialistas, envolvidas com a temática da diversidade sexual e de gênero, de modo a conferir representatividade, diversidade e interseccionalidade ao grupo de trabalho e garantir maior legitimidade à política pública a ser proposta.

Resultado alcançado em 2023:

Atividades concluídas com proposta de minuta de Política Estadual Judiciária de Diversidade Sexual e de Gênero e suas interseccionalidades, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, sob os cuidados da governança para revisão.

Convênios e Termos de Colaboração Interinstitucionais

Descrição e Resultado:

Pactuação Interinstitucional (TJPE, TCE, GOV Estado, Municípios e AMUPE) para negociação processual e extraprocessual destinadas a promover nova cultura de colaboração e conferir maior eficiência nas rotinas das unidades judiciárias com competência de execução fiscal.

Alguns Convênios já firmados e rotinas de eficiência com redução de acervo já observados nas unidades judiciárias em Governança.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Promover a Sustentabilidade

Programa Ciclos de Aprendizagem 2023

Descrição:

O Programa possui como principal objetivo atuar na promoção e fortalecimento da qualificação profissional de adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, com foco no atendimento a adolescentes e jovens em situação de acolhimento institucional e oriundos do sistema socioeducativo.

Resultado:

- Projeto 1 - Contratação Direta: com recursos aprovados para contratação inicial de 05 jovens, a proposta está na fase atual de tratativas do processo licitatório para contratação da entidade formadora responsável por formar, acompanhar, avaliar o desempenho e certificar os aprendizes.
- Projeto 2 - Entidade concedente de espaço para experiência prática: inserção de 21 jovens em unidades de áreas diversas na comarca do Recife e de 08 jovens na comarca de Paulista, totalizando o quantitativo de 29 de jovens inseridos no Programa em 2023; Implementação da Central de Profissionalização e Aprendizagem: o normativo para instituir o setor encontra-se na fase de análise jurídica e o projeto arquitetônico para adequação do espaço físico direcionado à instalação da estrutura de funcionamento da unidade está em desenvolvimento.

Implantação e Monitoramento do PLS 2022-2023

Descrição:

Instrumento de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que identificam práticas de sustentabilidade, racionalização de gastos e redução de impactos socioambientais negativo do TJPE.

Resultado alcançado:

Promoção da Sustentabilidade institucional - Instituído modelo de gestão de sustentabilidade, pautado nos eixos: ambiental, econômico, social e cultural no TJPE.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas

Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI)

Descrição e Resultado:

Fica instituído o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos e estáveis e servidoras efetivas e estáveis do Quadro Permanente de Pessoal, do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (PJPE).

Com esse projeto é possível viabilizar a renovação do quadro de servidores efetivos do PJPE, com o aumento da disposição e equalização da força de trabalho a ser distribuída ou redistribuída em todo o Estado de Pernambuco e leva a desoneração da folha de pagamento em curto espaço de tempo.

Foram aposentados 167 servidores em 2023.

Programa de Promoção à Saúde

Descrição e Resultado:

O Programa reúne 6 (seis) projetos: Ginástica Laboral On-line; Ginástica Laboral Presencial; Autocuidado Alimentação Saudável On-line; Momento Legal On-line; Exame Periódico de Saúde e Programa Odontolegal. Com objetivo de Melhoria do índice de Absenteísmo-doença

Foram alcançados 527 beneficiados em 2023.

Programa de Qualidade de Vida

Descrição e Resultado:

O Programa reúne 10 (dez) projetos: Workshop Bem-Estar e Consumo Consciente; Olimpíadas TJPE; Programa Prata da Casa; Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA); Programa Integra SGP; Campanha Natal Solidário TJPE; Programa Justiça Humanizada (PJH); Programa de Acompanhamento Funcional (PAF); Programa de Acessibilidade e Inclusão; Programa Clube do Desconto

Em 2023 foram 617 participações nos Programas Justiça Humanizada (PJH), Programa de Acompanhamento Funcional (PAF) e Programa de Acessibilidade e Inclusão).



Programa de Aprimoramento dos Processos de Gestão de Pessoas

Descrição e Resultado:

Programa reúne 9 (nove) projetos: Painéis de dados com informações de pessoal; Sistema de Remarcação de Férias; Sistema do Auxílio Saúde; Integração dos Sistemas SGP Digital e Universal RH; Automatização de Certidões; Elaboração Manual de Procedimentos da DGF; Padronização dos processos da DGF; Compilação esquematizada da legislação e das normas vigentes de GP e Implantação do e-Social.

XII Jornadas Pernambucanas da Infância e Juventude

Descrição e Resultado:

Ofertadas pela Coordenadoria da Infância e Juventude, sob a coordenação do Núcleo Interprofissional de Assessoria Especializada (NIAE), as Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Infância e Juventude, integram as propostas de treinamentos, capacitações e formações continuadas e almejam a uniformização das rotinas de trabalho desenvolvidas pelas Varas competentes em matéria de Infância e Juventude, reforçando o intercâmbio de experiências.

Em 2023 foram capacitados 78% da força de trabalho da Infância e Juventude.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE FORMADORES - FOFO - NÍVEL 1 (COMPLETO)

Descrição:

Ampliação do quadro de docentes da ESMAPE (magistrados e servidores), os quais foram capacitados com as modernas metodologias de ensino, visando o desenvolvimento de competências para atuar no planejamento e execução de ações de formação e aperfeiçoamento dos seus próprios pares.

Resultados Alcançados:

Ampliação do quadro de docentes da ESMAPE capacitados para dominar os aspectos pedagógicos da formação profissional dos seus próprios pares, bem como aplicar em suas aulas modernas metodologias de ensino.



Jornada de Boas Práticas Cartorárias

Descrição e Resultado:

Problema detectado: a falta de unificação de procedimentos e fluxos cartorários interferindo na eficiência da prestação jurisdicional. Solução: cursos curtos e práticos direcionados à uniformização em procedimentos aplicáveis às rotinas cartorárias.

Resultado: Rapidez no atendimento e andamento do processo

JESP JAM 2023 - Maratona de Inovação nos Juizados Especiais

Descrição:

Maratona para desenvolvimento da cultura de inovação no Sistema de Juizados Especiais, realizada no período de 17 a 19/05/2023, com carga horária de 20h, na modalidade presencial com o intuito de capacitar servidores, magistrados e demais colaboradores em processos de criatividade inovação e empreendedorismos e fomentar a busca de soluções inovadoras para implementação no Sistema de Juizados Especiais.

Resultados Alcançados:

3 protótipos vencedores com foco nos macrodesafios:

- Acesso - desburocratizar para além do digital;
- Gestão - Introduzir a cultura ágil nos Juizados Especiais;
- Rotinas - Construir protocolos de trabalho mais simples e eficientes.

IV Fórum dos Juizados Especiais do Estado de Pernambuco - FOJEPE

Descrição:

Fórum Estadual dos Juizados Especiais para debater desafios e compartilhar práticas inovadoras que contribuam para o melhoramento do Sistema de Juizados Especiais de Pernambuco. Projeto para melhoria da gestão das Unidades e/ou formulação de enunciados que unifiquem entendimentos e sirvam de orientação para julgamento de processos no âmbito dos Juizados Especiais de Pernambuco.

Resultados Alcançados:

ANO 2023, 7ª Edição: 248 pessoas se inscreveram, dentre Magistrados (as), servidores (as) e público externo, tendo-se obtido a participação efetiva de 74,2% dos inscritos e, na Assembleia Plenária, a criação de 8 novos enunciados, sendo 3 na matéria criminal e 5 na matéria cível.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária

Implantação do Escritório de Processos Corporativos do TJPE – EPROC

Descrição:

Implantação do Escritório de Processos Corporativos do TJPE – EPROC, instituído pela Resolução TJPE nº 452, de 08/06/2021, através do Convênio nº 36/2021, firmado entre o TJPE, Centro de Informática – CIn/UFPE e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE - FADE, e que possui dentre suas atribuições: I – Prestar à administração serviço de coaching e consultoria em gerenciamento de processos organizacionais; II – Fomentar o desenvolvimento de ações educativas sobre gerenciamento dos processos; IV – Planejar e monitorar a execução da iniciativa de gestão de processos; IX – Validar ou propor o aperfeiçoamento de processos; XIII – Treinar equipes na gestão de processos; XVII – Fomentar a melhoria contínua nas normas que tratam de estrutura organizacional.

O EPROC objetiva desenvolver projetos estratégicos de modelagem dos processos corporativos do TJPE que permitam aperfeiçoamento os processos de trabalho visando melhor prestação jurisdicional

Resultados Alcançados:

O projeto prevê repasse de conhecimento técnico em modernas metodologias de desenvolvimento e gestão de processos organizacionais, especialmente a metodologia BPM – Business Process Management – capacitando equipe do EPROC para o desenvolvimento de projetos estratégicos para o TJPE, como os dois já em andamento (Processo Aquisições de Bens e Contratações de Serviços na SAD e Sistematização de IRDR (Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas) e IAC (Incidente de Assunção Repetitiva) no TJPE).

Praticamente todo o arcabouço técnico, procedural e documental para desenvolvimento de projetos pelo EPROC está implantado (96%).

Monitoramento Participativo dos Projetos Estratégicos

Descrição:

Criação de um portfólio institucional da gestão 2022/2023, transparência dos projetos e alinhamento com a estratégia institucional e do CNJ. Mensurando ainda a contribuição desses projetos nos nossos objetivos e indicadores estratégicos.



Resultados Alcançados:

Criação e publicação do Dashboard de monitoramento dos projetos estratégicos e levantamento de mais de 120 projetos e ações estratégicas.

Programa de Qualificação de Dados TJPE

Descrição:

O projeto visa sanear a base de dados das unidades judiciais do TJPE, diminuindo as inconsistências nos registros processuais por meio da devida qualificação de dados, nos moldes preconizados pelo CNJ (Resolução CNJ n.º 331/2020).

Resultados Alcançados:

Ministração de cursos sobre as TPUs/CNJ e qualificação de dados aos servidores e magistrados; criação do Manual de Qualificação de Dados; criação do relatório “Qualificação dos dados - Relatório analítico de inconsistências - todas as instâncias (Nova Parametrização) – 2023” no TJPE Reports, para fins de auxiliar as unidades na identificação das inconsistências. De fevereiro a novembro de 2023 alcançamos mais de 650.000 correções de inconsistências, sendo: 277 mil inconsistências corrigidas pela SEPLAN/Governança, 342 mil corrigidas pelas próprias unidades e 30 mil corrigidas via script pela SEPLAN/Governança/SETIC.

As ações via script junto à SETIC resultaram em: 1011 processos com classes corrigidas, 16623 com assuntos corridos, 1993 feitos com complementos de alteração de classe corrigidas e 10001 processos com polo passivo corrigidos. Ainda, após discussão com os setores estratégicos do TJPE, foi apresentada pela Governança e deferida pela Presidência proposta de exigência do CPF no polo passivo para o protocolamento de novos processos no PJ-e, salvo as classes excepcionadas pelo CNJ, visando, assim, mitigar o surgimento de novas inconsistências de polo passivo sem documento.

Gestores em Foco

Descrição:

O projeto visa ampliar a gestão do conhecimento no âmbito do TJPE, otimizar o monitoramento das metas nacionais e locais, reconhecer, acompanhar e disseminar iniciativas e projetos inovadores em busca da melhoria da gestão e da prestação jurisdicional.

Resultados Alcançados:

Pela primeira vez o TJPE alcançou 100% de cumprimento de todas as Metas Nacionais no ano de 2023.



Aperfeiçoamento do Portal da Transparência para atendimento ao Programa Nacional da Transparência Pública 2023

Descrição:

O projeto foi desenvolvido para adequar o Portal da Transparência do TJPE à metodologia do Programa Nacional da Transparência Pública 2023, desenvolvida pela Associação Brasileira dos Tribunais de Contas - ATRICON, divulgada em cartilha. Ações necessárias: 1) Reuniões introdutórias para mobilização das unidades sobre a nova metodologia adotada no PNTP 2023; 2) Levantamento dos novos requisitos e unidades responsáveis pelo atendimento dos requisitos introduzidos no PNTP 2023; 3) Adequação de informações divulgadas no Portal da Transparência, observando-se os critérios: disponibilidade, série histórica, atualidade, gravação de relatórios e filtros de pesquisa. 4) Elaboração de minuta de Portaria da Transparência, visando a atualização da Portaria nº 37/2022, com a introdução da metodologia do PNTP 2023.

Resultados Alcançados:

Aumento em 2,59% no Índice de Transparência do TJPE em relação a 2022 (2022: 87,93% / 2023: 90,52%).

Gestão do Plano de Obras

Descrição:

Dotar a administração pública de infraestrutura física necessária à prestação dos serviços jurisdicionais, a partir da previsibilidade das obras a serem executadas e a partir de critérios pré-estabelecidos.

Resultados:

- Foi aprovado Plano de obras do TJPE para o período de 2023 a 2027, conforme resolução 490/2023 - TJPE.
- Construção do Fórum de Triunfo - R\$ 3.474.872,68 - 100% executado; Construção do Fórum de Tamandaré - R\$ 4.261.066,11 - 90% executado; Restauro do Salão do Pleno - R\$ 1.108.345,27 (100% executado)



Iniciativas de Estruturação da Secretaria de Administração

Conjunto de Projetos para dotar a Secretaria de Administração de Processos e Estruturas necessárias ao cumprimento de Resoluções e melhorias internas.

Transparência SAD

Descrição e Resultado:

Disponibilizar para a sociedade acesso aos contratos e convênios formalizados pelo TJPE, bem como das passagens emitidas, através de processo simples de consulta no Portal da Transparência, bem como criação de aba no site do TJPE, para tratar de assuntos pertinentes à Secretaria de Administração, publicizar os setores, notícias e realizações.

Já foi realizada atualização do Portal de Transparência com todos os instrumentos contratuais até 2017, criação de novo campo de pesquisa para consulta pública, atendimento de 100% requisitos de avaliação de controle externo.

Redução do Uso de Papel

Descrição e Resultado:

Os processos de autorização de aquisição de próteses dentárias eram parcialmente físicos e instruídos com uso de papel carbono, para fins de autorização pelo Secretário de Administração. Nesse panorama, a SAD propôs um novo fluxo, a fim de acabar com o uso do papel carbono. Diante deste contexto, foi criado um fluxo específico no SEI, com autorizações para cada protesista e laboratórios, o que priorizou a desburocratização do processo e sustentabilidade no uso dos recursos. 100% do processo implantado.

Processo Aquisições de Bens e Contratações de Serviços na SAD

Descrição e Resultado:

Remodelagem do macroprocesso organizacional de compras diretas de bens e contratações de serviços do TJPE, visando: Aderência ao Plano Estratégico 2021-2026; Adequações procedurais às novas exigências legais (Lei 14133/21); Mapear e otimizar o novo fluxo de trabalho resultante da reorganização da SAD, analisando e identificando pontos de melhoria no macroprocesso; Padronizar as atividades executadas e documentos para realização do processo licitatório de Aquisições Diretas e Contratações de Serviços.

Permitir implantação de mecanismos modernos de gestão estratégica e monitoramento para aperfeiçoamentos constantes (métricas e indicadores de desempenho, ciclos de melhoria, indicadores de desempenho, pontos de controle e acompanhamento).



Projeto de reestruturação da SAD para adequação à Resolução nº 347/2020 do CNJ

Descrição e Resultado:

Estruturação da SAD/TJPE como unidade especializada em contratação no âmbito do Poder Judiciário de Pernambuco - Resolução TJPE nº 491/2023. 80% (oitenta) do macroprocesso de validação da legislação interna a legitimar e colocar em operação a Lei 14.133/2021 e a Resolução CNJ nº 347/2021 está concluído. Publicação, em outubro/2023, dos Planos Anual de Contratação e de Capacitação de 2024.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos

1ª Semana Estadual de Conciliação

Descrição:

A Semana Estadual da Conciliação é um esforço concentrado do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça de Pernambuco para conciliar o maior número possível de processos em todo o estado. A 1ª edição do evento aconteceu entre os dias 29 de maio a 02 de junho de 2023. As unidades judiciárias realizaram audiências de conciliação e mediação de processos judiciais e de reclamações pré-processuais (demandas espontâneas). Além disso, as Unidades do Núcleo de Conciliação - NUPEMEC realizaram ações e serviços de cidadania em diversos segmentos. Um problema muito recorrente nos tribunais estaduais é o grande congestionamento de processos. O objetivo da Semana Estadual de Conciliação é estimular e disseminar as formas autocompositivas de resolução de conflitos e viabilizar um maior número de processos conciliados e solucionados no TJPE.

Resultados Alcançados:

Durante a 1ª Semana Estadual de Conciliação foram realizadas 6.891 audiências, que resultaram em 3.586 acordos, com valores homologados que chegaram ao total de R\$ 29.286.469,68. Durante o evento também foram realizados sete casamentos coletivos nos Centros Estaduais Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) de Arcoverde, Pesqueira, São Lourenço da Mata, Petrolina, Camaragibe, Afogados da Ingazeira e Casa de Justiça e Cidadania de Caruaru), totalizando a união de 300 casais. Além disso, as unidades do Nupemec como Cejuscs, Proenvidados, Casas de Justiça e Cidadania, Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação promoveram ações e serviços de cidadania em diversos segmentos, dentre os quais testes de paternidade, emissão de documentos, atendimento jurídico, e ações de empregabilidade.

Justiça Itinerante: Conciliação e Cidadania 2023

Descrição:

As ações da Justiça Itinerante são realizadas em uma unidade móvel adquirida pelo TJPE em 2017 e adaptada com três salas de conciliação e um gabinete de Magistrado. O Núcleo de Conciliação do TJPE é responsável pela coordenação das ações de conciliação realizadas com a unidade móvel e executada por uma equipe de servidores, entre pessoal de apoio e conciliadores. As audiências de conciliação são agendadas previamente, através do contato com líderes comunitários, Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação, Casas de Justiça e Cidadania, Universidades, Associação de moradores e outras instituições, em seguida são identificadas a quantidade e a natureza dos conflitos e demandas locais. Essa abordagem possibilita que seja traçada uma estratégia especial para cada ação, facilitando a preparação de toda equipe, com direcionamento para atuar nas necessidades



encontradas. Essa preocupação proporciona melhores resultados nos atendimentos, na área de cidadania e maior número de acordos realizados.

Resultados Alcançados:

Durante o ano de 2023, foram realizadas 23 ações da Justiça Itinerante, nos municípios de: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Gravatá, Limoeiro, Moreno, Caruaru, Garanhuns, Rio Formoso e Escada. Totalizando os seguintes resultados: 347 audiências agendadas; 241 audiências realizadas e 190 acordos e R\$ 1.018.688,53 em valores homologados e 16.842 atendimentos de cidadania.

18ª Semana Nacional de Conciliação

Descrição:

A Semana Nacional da Conciliação promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, e demais Tribunais do país, é uma campanha anual para incentivar a cultura da conciliação. Durante a Semana Nacional da Conciliação, o Núcleo de Conciliação - Nupemec concentra esforços para solucionar o maior número possível de conflitos, por meio de acordo entre as partes. Um problema muito recorrente no judiciário brasileiro é o grande congestionamento de processos. O objetivo da Semana Nacional da Conciliação é, através de esforços concentrados do Poder Judiciário, estimular a utilização dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos pelas partes e demonstrar ao cidadão como é possível aproveitar melhor o tempo ao optar por esses métodos, que oferecem praticidade e rapidez na resolução dos conflitos, bem como maior eficiência para a estrutura judiciária uma vez que diminui o acervo processual.

Resultados Alcançados:

Durante a 18ª Semana Nacional de Conciliação que aconteceu entre 06 a 10 de novembro de 2023, cerca de 12 mil processos foram incluídos, sendo que 4.254 deles foram homologados judicialmente, e realizadas aproximadamente 9 mil audiências, que resultaram monetariamente em R\$ 34.583.012,08. Durante o evento também foram realizados casamentos coletivos nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e Casas de Justiça e Cidadania, também foram realizadas uniões estáveis pelo Nupemec. Além disso, as unidades do Nupemec como: Cejuscs, Proendividados, Casas de Justiça e Cidadania, Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação promoveram ações e serviços de cidadania em diversos segmentos, dentre os quais testes de paternidade, emissão de documentos, orientação jurídica e ações de empregabilidade, totalizando um número de 4.484 atendimentos à população.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Projeto de Agregação de Comarcas

Descrição:

O projeto de agregação de comarcas foi instituído segundo a Instrução Normativa Conjunta n. 7, de 1º de junho de 2021, que regulamentou a Resolução TJPE nº 445, de 14 de dezembro de 2020 para atender o art. 9º da Resolução n. 184, de 06 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece que os tribunais devem adotar as providências necessárias para extinção, transformação ou transferência de unidades judiciárias e/ou comarcas com distribuição processual inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de casos por magistrado do respectivo tribunal, no último triênio.

Após estudos técnicos e estatísticos foram identificados 43 comarcas passíveis de agregação, porém, neste primeiro momento, o alvo principal está sendo as comarcas passíveis de agregação sem juiz(a) titular, logo o alvo se concentrou em 28 comarcas.

Resultados Alcançados:

20 comarcas foram agregadas no total (sem juiz titular). Para conclusão dessa primeira etapa faltam 8 comarcas a serem agregadas (sem juiz titular).



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

Mutirão de revisão de autuação nos processos criminais - 2023

Descrição:

Mutirão para contribuir na redução do acúmulo de processos dentro da tarefa de revisão criminal.

Resultados Alcançados:

Mutirão realizado no período de 08/03 a 31/05/2023 nos Juizados Especiais Criminais da Capital: 1.777 processos revisados em sua autuação; Mutirão realizado no período de 06/07 a 23/09/2023 no Juizado Especial Criminal de Petrolina: 1.501 TCOs revisados em sua autuação; Mutirão realizado no período de 23/11 a 15/12/2023 no Juizado Especial Criminal de Jaboatão dos Guararapes, no 1º Juizado Especial Criminal da Capital e no Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor: 329 TCOs revisados em sua autuação.

JUIZADOS ESPECIAIS ITINERANTES PARA GRANDES EVENTOS - 2023

Descrição:

Instalação de Juizado Especial Itinerante durante os eventos com grande fluxo de pessoas e em parceria com outros órgãos, com o fim de atuar nos delitos de menor potencial ofensivo e nas questões cíveis de menor complexidade.

Resultados Alcançados:

Ato nº 93/2023 (DJe 10/02/2023) atuação em dois pólos (Thomaz de Aquino e Estação Central do Metrô), tendo como resultado 4 TCOs recebidos e as audiências realizadas, conseguiu-se a efetivação de Transação Penal para 3 processos; JUIZADO DO FORRÓ: Ato nº 424/2023 (DJe 24/05/2023) onde foram recebidos 23 TCOs e realizadas as audiências, conseguiu-se a efetivação de Transação Penal para 14 processos e 01 Conciliação.

GMF – Grupo de Monitoramento e Fiscalização criminal e socioeducativo

Programa de Gerenciamento do Comitê Interinstitucional da Central de Vagas do Socioeducativo



Descrição:

O presente projeto tem por objetivo instrumentalizar no âmbito do Estado de Pernambuco o funcionamento do Comitê da Central de Vagas do Socioeducativo em Pernambuco, a metodologia da Central de Vagas foi impulsionada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida no Habeas Corpus 143.988, de 25 de agosto de 2020, e se apresenta como uma iniciativa plausível e de êxito para operacionalizar a gestão de vagas no âmbito dos Sistemas Estaduais de Atendimento Socioeducativo. Trata-se de um serviço, em execução pela Funase, responsável por gerir as vagas das unidades socioeducativas de internação, semiliberdade e internação provisória, em conformidade com o limite máximo de ocupação de vagas e com o princípio *numerus clausus* (ou da ocupação taxativa) e que no âmbito do TJPE está insito o Comitê, que tem funcionamento não jurisdicional e com competências de monitoramento e orientação para o sistema socioeducativo em meio fechado. Além disso, o Comitê tem como objetivo colaborar para o aprimoramento e qualificação do atendimento socioeducativo, dando efetividade aos preceitos constitucionais, ao ECA e ao Sinase.

Resultados Alcançados:

Realização de 9 reuniões interinstitucionais do Comitê da Central de Vagas do Socioeducativo; Monitoramento de 100% das unidades e as respectivas ocupações de vagas no sistema socioeducativo até julho de 2023; Elaboração de 3 instrumentais de orientação para os órgãos do sistema socioeducativo;

Programa de monitoramento das INTERNAÇÕES PROVISÓRIAS e das execuções de medidas socioeducativas

Descrição:

O Programa de monitoramento das internações provisórias e das execuções de medidas socioeducativas tem por objetivo dar cumprimento à Resolução CNJ nº 214/2015, em especial ao Art. 6º incisos II, III-d e IV realizando a fiscalização e monitoramento da entrada e da saída de adolescentes das unidades do sistema socioeducativo acompanhando o tempo de duração e, com base nos sistemas eletrônicos, divulgar no sítio eletrônico do respectivo tribunal relatório quantitativo semestral das medidas socioeducativas, e por fim acompanhando o tempo de duração e, divulgando no sítio eletrônico do respectivo tribunal relatório mensal do quantitativo das internações provisórias decretadas no sistema de justiça juvenil, oficiando a autoridade judicial responsável pela extrapolação do prazo máximo de 45 dias;

Resultados Alcançados:

Foram monitorados e acompanhados até o momento de 896 internações provisórias (IP) decretadas em 2023, com o acompanhamento do prazo máximo permitido das IP oficiando aos juízos da necessidade de resolução da situação jurídica dos adolescentes e jovens internos provisoriamente nas unidades de atendimento socioeducativo. Desde o trabalho de saneamento em março de 2023 a 06 de Dezembro de 2023, 595 guias em acompanhamento permanente e perene do sistema com baixa e emissão tempestiva, sendo as quais atualmente (102) guias ativas, (420) guias inativas, (73) guias cumpridas, (102) guias no prazo e (492) guias vencidas estando, pois, o sistema do CNAEL no âmbito das guias de Internação Provisória totalmente saneado e correspondendo a 400% da meta estabelecida para o ano de 2023.



Programa de monitoramento das INSPEÇÕES JUDICIAIS no âmbito das execuções de medidas socioeducativas

Descrição:

O Programa de monitoramento das inspeções judiciais no âmbito das execuções de medidas socioeducativas consiste em ações de monitoramento do Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos - CNIUPS. No âmbito do Estado de Pernambuco essa ação se divide em momentos distintos: seja o monitoramento dos prazos da Resolução CNJ nº 77/2009 com acionamento dos juízos para cumprimento do prazo das inspeções, tanto para orientação no uso do CNIUPS como Administrador Regional do sistema. Ainda de forma pioneira e autônoma no âmbito do TJPE, enquanto não lançado o CNIUPS para as inspeções em Programas Socioeducativos em meio aberto, o monitoramento pelo GMF Socioeducativo das inspeções com ferramentas locais de controle.

Resultados Alcançados:

Ano de 2023: Monitoramento de 66,6% das inspeções realizadas nas unidades de atendimento socioeducativo no ano de 2023 até agosto de 2023 correspondendo a 100 inspeções; Monitoramento de 26,81% das inspeções realizadas nos Programas Socioeducativos em meio aberto com 74 inspeções realizadas e monitoradas.

Programa de monitoramento do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei – CNACL

Descrição:

O Programa de monitoramento do Cadastro Nacionais de Adolescentes em Conflito com a Lei – CNACL visa atender a um sistema desenvolvido para permitir o acompanhamento e gestão de uma política nacional para a Justiça Infantojuvenil relacionada ao sistema socioeducativo. O referido Cadastro, atualmente gerido pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema carcerário e Socioeducativo, é ferramenta eletrônica para a expedição das guias obrigatórias aos adolescentes em conflito com a lei, previstas na Resolução nº 165/12 do CNJ e em sintonia com as disposições da Lei nº 12.594/12 (Lei do Sinase). O monitoramento e correto funcionamento do CNACL possibilita a extração de relatórios em tempo real, relacionados à totalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (a exceção de advertência e Obrigação de Reparar o Dano), o perfil dos adolescentes cadastrados, medidas socioeducativas aplicadas e natureza dos atos infracionais praticados, o que busca dar visibilidade a uma realidade ainda pouco em evidência.

Resultados Alcançados:

Monitoramento de 100% das Guias de Internações Provisórias em 2023 com revisão de 1173 guias ativas de internações provisórias no CNACL correspondendo ao período de 2022 e anos anteriores. E com o monitoramento de janeiro de 2023 a 06 de Dezembro de 2023 de 896 guias do ano corrente que já foram saneadas correspondendo desde o trabalho de saneamento em março de 2023 a 06 de Dezembro de 2023, 595 guias em acompanhamento permanente e perene do sistema com baixa e emissão tempestiva, sendo as quais atualmente 102 guias ativas, 420 guias inativas, 73 guias cumpridas, 102 guias no prazo e 492 guias vencidas estando, pois, o sistema do CNACL no âmbito das guias de Internação Provisória totalmente saneado e correspondendo a 400% da meta estabelecida para o ano de 2023.



Fomento à cultura de Alternativas Penais

Descrição:

A ação tem como objetivo incentivar a aplicação de alternativas penais e qualificar os serviços de acompanhamento de medidas de responsabilização diversas do encarceramento, de acordo com a Resolução CNJ nº 288/2019. Visa, também, a dar cumprimento à Lei Estadual nº 17.912/2022, que institui a Política Estadual de Alternativas Penais de Pernambuco, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. O projeto ressalta, além da redução do encarceramento, a perspectiva da participação da comunidade e da vítima na resolução de conflitos; a responsabilização da pessoa a quem se atribui uma alternativa penal e a manutenção do seu vínculo com a comunidade, com a garantia de seus direitos individuais e sociais e a restauração das relações sociais, quando desejável pelas partes.

Resultados Alcançados:

- a. Instituição de Grupo Interinstitucional de Alternativas Penais (Ato Normativo Conjunto Nº 42/2021);
- b. Celebração de Termo de Cooperação Técnica TJPE, MPPE, DPE e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos nº 042/2022;
- c. Aprovação da primeira lei estadual do país que institui política estadual de alternativas penais;
- d. Seminário da ESMAPE sobre Alternativas Penais;
- e. Lei Estadual nº 17.912/2022, que institui a Política Estadual de Alternativas Penais de Pernambuco, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade. A normativa, de iniciativa do Poder Executivo, primeira do país, foi fruto dos diálogos entre o TJPE, o MPPE, a DPE e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado, cujas discussões se deram no âmbito do Grupo Interinstitucional de Alternativas Penais, protagonizado pelo GMF.

Política Antimanicomial do Poder Judiciário

Descrição:

O Programa se estrutura de maneira interdisciplinar, buscando congrega saberes e práticas essenciais para garantir o cuidado em saúde mental, na responsabilização de sujeitos envolvidos em condutas em conflito com a lei. Ainda, o CNJ, visando implementar e assegurar a Reforma Antimanicomial para dentro do Poder Judiciário, em 15 de fevereiro de 2023 publicou a Resolução nº 487/2023, que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança. Em decorrência dessa Resolução, o Grupo de Trabalho acima referida fora convertido no Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial, conforme Portaria Conjunta nº 16/2023.

Resultados Alcançados:

Lançamento da Cartilha que orienta a aplicação da Res. CNJ 487/2023, lista os serviços da RAPS e rede SUAS, em outubro de 2023; - Realização do Webinar “Conhecendo a Resolução CNJ n.



487/2023 e a Rede de Atenção Psicossocial de Pernambuco – caminhos possíveis”, em outubro de 2023.

Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

Descrição:

O programa Fazendo Justiça é um esforço coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e diversos apoiadores, para acelerar transformações no campo da privação de liberdade. Sob a coordenação de Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, o programa oferece um portfólio de 29 ações para todo o ciclo penal e também para o ciclo socioeducativo, desde a porta de entrada até a porta de saída. O programa prioriza o diálogo interinstitucional e a construção de soluções customizadas e colaborativas considerando as diferentes realidades locais, e fornece apoio técnico ao GMF para consecução de suas ações.

Resultados Alcançados:

Apoio técnico aos temas de alternativas penais, monitoração eletrônica, serviço de atendimento à pessoa custodiada, ações de cidadania no ambiente prisional, ampliação de vagas de trabalho (PNAT), conselhos da comunidade, Escritórios Sociais (política para pessoas egressas do sistema).

Mutirão Processual Penal

Descrição:

Acompanhamento do mutirão processual penal determinado pelo CNJ, conforme as hipóteses elencadas no art. 2º da Portaria CNJ no 170/2023 (em anexo): I - prisões preventivas com duração maior do que 1 (um) ano; II - gestantes, mães e mulheres responsáveis por crianças e pessoas com deficiência presas cautelarmente; III - pessoas em cumprimento de pena em regime prisional mais gravoso do que o fixado na decisão condenatória; IV - pessoas cumprindo pena em regime diverso do aberto, condenadas pela prática de tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei no 11.343/06).

Resultados Alcançados:

2013 processos analisados, 549 pessoas com a situação regularizada no BNMP, cerca de 400 pessoas colocadas em liberdade

Saneamento do BNMP

Descrição e Resultado:

Saneamento do BNMP determinado após a inspeção do CNJ em agosto de 2022, visando que o número de pessoas presas informadas pela SERES seja igual, ou muito próximo, ao número constante no BNMP. Atingir um percentual de acurácia inferior a 103% entre os dados da SERES e do BNMP, dando mais confiabilidade ao sistema.

Atingido 101,56% de acurácia.

Projeto Instalações de Novas Varas Criminais

Descrição:



Visando principalmente o aperfeiçoamento da justiça criminal no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o projeto tem como objetivo a instalação de 5 novas varas em 2023 nas comarcas do TJPE.

Resultado:

Foram instaladas as 5 varas planejadas, a saber: 2ª vara criminal de Arcoverde em 09/08/23, 2ª vara criminal de Palmares em 16/08/23, 2ª Criminal de Santa Cruz do Capibaribe em 11/10/23, 2ª Criminal de Serra Talhada em 19/10/23 e 7ª Cível de Jaboatão Jaboatão no dia 04/12/23.

Projeto Mês Nacional do Júri 2023

Descrição:

De acordo com a Portaria Nº 69 de 11/09/2017 (CNJ) e ato conjunto nº 42 de 2023 que institui o mês nacional do júri 2023 e do elevado quantitativo de processos de crime dolosos contra a vida de compõe o acervo criminal do TJPE (em torno de 7% - 28 mil processos em tramitação dos quais 4.169 já pronunciados e aptos a julgamento), há a necessidade de institucionalização da realização anual de esforço concentrado de julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Resultado:

90,89% do resultado alcançado. No mês do júri foram realizadas 449 sessões do júri realizadas, 139 sessões não realizadas.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios

Sistematização de IRDR (Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas) e IAC (Incidente de Assunção Repetitiva) no TJPE

Descrição:

Normatizado por arcabouço diverso no âmbito do TJPE (Resoluções CNJ 235/2016; 347/2020, 444/2022; artigos 926, 927, 976, 979, 981, 987, e outros, do CPC/2015; atos normativos TJPE), este projeto visa sistematizar o macroprocesso organizacional relativo aos IRDRs e IACs, estimulando e aculturando para sua utilização, mediante padronização de procedimentos, otimização de sua aplicação, implantando mecanismos de controle e gestão, que contribuam para atingimento da melhor prestação jurisdicional à sociedade. Ele está aderente ao Plano Estratégico 2021-2026 e metas CNJ através do mapeamento e gerenciamento dos indicadores de Tempo médio (TM) - Entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese; Tempo médio (TM) - Entre afetação / admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR; Tempo médio (TM) - Entre a afetação / admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IAC.

Resultados Alcançados:

Estabelecimento de mecanismos para monitorar o processo e acompanhar continuamente seu desempenho por meio de um fluxo processual padronizado.



OBJETIVO ESTRATÉGICO:

Fortalecer a estratégia nacional de TIC e a proteção de dados

Melhoria dos Links de Comunicação de todas as Comarcas do TJPE

Descrição:

Objetiva promover uma melhoria operacional no gerenciamento dos links, assim como aumentar de forma relevante a velocidade dos mesmos, segurança e disponibilidade.

Resultados:

Até o momento foram migrados 167 links de Comarcas de um total de 170. As velocidades dos links serão de 150 Mb, 600 Mb e 5 Gb de acordo com a localidade.

Contratação de serviços técnicos de sustentação e desenvolvimento (Fábrica de Software).

Descrição e Resultado:

Contratação de fábrica de software visa aumentar a capacidade de entrega de soluções de TIC pela SETIC, além de evoluir na manutenção dos serviços já oferecidos em especial o PJe.

Foi contratada a empresa Fábrica de Software Brasil (FSBr).